



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 10/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências da Prefeitura de André da Rocha, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 25/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, homologado em 24 de maio de 2021, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão Presencial, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

F.M. PNEUS LTDA sob CNPJ nº 81.374.845/0001-49 com sede na Avenida Maravilha, nº 833, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal, Senhor Eduardo Maldaner, inscrito no CPF nº 041.323.499-18.

Item	Quant.	Unidade	Especificações	Valor Unit.	Fornecedor
04	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 12/16.5	R\$ 1.230,00	FM PNEUS LTDA
07	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 23.1-26	R\$ 4.415,00	FM PNEUS LTDA
10	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 10.00/20 BARRACHUDO	R\$ 705,00	FM PNEUS LTDA

GARBIN & BERGAMO LTDA sob CNPJ nº 11.442.752/0001-29 com sede na Rua João Lunardi, nº 951, Bairro Operário, CEP 99870-000, no Município de São José do Ouro, Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu representante legal, Senhor Murilo Bergamo Garbin, inscrito no CPF nº 018.592.990-75.

Item	Quant.	Unidade	Especificações	Valor Unit.	Fornecedor
01	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 1300X24	R\$ 1.750,00	GARBIN & BERGAMO LTDA
05	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 14.9X26	R\$ 1.450,00	GARBIN & BERGAMO LTDA
06	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 23.1X30	R\$ 4.700,00	GARBIN & BERGAMO LTDA

GRANDO PNEUS LTDA sob CNPJ nº 03.562.696/0001-38 com sede na Avenida Juscelino K. de Oliveira, nº 8860, Bairro Santa Terezinha, CEP 95200-000, no Município de Vacaria, Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu representante legal, Senhora Ceny da Silva Grando, inscrito no CPF nº 569.000.070-15.

Item	Quant.	Unidade	Especificações	Valor Unit.	Fornecedor
02	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 14.00X24	R\$ 1.899,00	GRANDO PNEUS LTDA

REDE PNEU – RENOVADORA DE PNEUS LTDA sob CNPJ nº 03.562.696/0001-38 com sede na Rodovia BR 470, KM 216, Bairro Conceição, CEP 95701-000, no Município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu representante legal, Senhora Loicy Demari, inscrito no CPF nº 416.858.570-00.

Item	Quant.	Unidade	Especificações	Valor Unit.	Fornecedor
03	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 19.5-24, 12 LONAS	R\$ 2.600,00	REDE PNEU - RENOVADORA DE PNEUS LTDA

VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP sob CNPJ nº 24.018.340/0001-08 com sede na Rua Alcebides Tonin, nº 100, Bairro Industrial, CEP 99706-400, no Município de Erechim, Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu representante legal, Senhor Alexandre Antônio Luft, inscrito no CPF nº 019.775.100-86.

Item	Quant.	Unidade	Especificações	Valor Unit.	Fornecedor
08	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU,	R\$ 725,00	VLK FABRICACAO DE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

			275/80/22.5 BORRACHUDO		PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP
09	20	UN	RECAPAGEM DE PNEU, 275/80, 22.5 MISTO	R\$ 743,00	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP

1 – OBJETO

- 1.1 - A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços de serviço de recapagem de pneus, para veículos, máquinas e utilitário de propriedade do Município de André da Rocha
- 1.2 produtos especificados no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2 – VIGÊNCIA

- 2.1 - A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 1(um) ano, a contar da data da sua assinatura.
- 2.2 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 1.139/2017, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 O licitante vencedor deverá retirar os pneus a serem recapados de propriedade do Município de André da Rocha/RS, nas dependências do Pátio de Máquinas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis após solicitação da Secretaria.
- 3.2. Após realizados os serviços, os pneus deverão ser devolvidos no mesmo local que foram retirados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis da retirada.
- 3.3. Os pneus deverão possuir na sua lateral a identificação da empresa prestadora dos serviços.
- 3.4. Os serviços serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade do Município, através de Ordens de Serviço encaminhadas à empresa vencedora.
- 3.5. Sem prejuízo de plena responsabilidade da empresa contratada, todos os serviços serão fiscalizados pela Administração, que poderá realizar acompanhamento “in loco” dos serviços prestados

4 – PREÇOS

- 4.1-Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “Demonstrativo de Propostas Vencedoras”, em anexo a essa Ata.
- 4.2- Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata será emitido ordem de empenho que conterà a quantidade a ser retirada e a Secretaria Solicitante

5 - DO CONTROLE E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5. 1 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.
- 5.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 5.3 - Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.
- 5.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo o Município convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.
- 5.5 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de
- Av. Marcolino Pereira Vieira, 1393, Centro, CEP 95310-000 CNPJ: 90.483.066/0001-72
- Fones: (54) 3611.1330/1334 site: www.andredarocha.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- tiver presentes razões de interesse público.

5.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

5.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela parte, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

6.2 - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser requerido por ambas as partes, em vista de fator superveniente que resulte em redução ou aumento do valor do bem fornecido.

6.3 - O beneficiário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato através de solicitação formal ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos (art. 65, inciso II, alínea d da Lei 8.666/93).

6.4 - O reequilíbrio econômico-financeiro, não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta, e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

6.5 - O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores.

6.6 - Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias, entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo, a solicitação ser protocolada nos primeiros quinze dias do mês subsequente ao bimestre citado.

7 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Os serviços serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade do Município, através de Ordens de Serviço encaminhadas à Contratada.

7.2 - O Pedido de Empenho será enviado via e-mail, cadastrado junto à proposta, devendo ser confirmado o seu recebimento.

8 – PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, ocorrendo no prazo de até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, através do recebimento da fatura/nota fiscal, acompanhada de documento hábil de verificação da efetiva prestação do serviço com o número de pneus consertados, aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, em conta bancária corrente da Contratada a ser fornecida ao Município.

Obs: Obrigatoriamente, deverá constar o nº da agência e da conta bancária na própria Nota Fiscal, ou juntamente com esta.

9 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços executados estará sujeito à vistoria pelo servidor municipal Gilmar Ribeiro que verificará se os mesmos estão em conformidade com o solicitado na licitação. Em caso negativo, caberá à Contratada a promoção das correções que se apresentarem necessárias.

9.1. No caso de entrega do serviço incompleto, defeituoso ou em desacordo com o pedido deverá ser refeito, até no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Município, não cabendo à Contratada o direito à indenização, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

9.2º. O recebimento definitivo do serviço não exime a Contratada de responsabilidade pela perfeição,

Av. Marcolino Pereira Vieira, 1393, Centro, CEP 95310-000 CNPJ: 90.483.066/0001-72 ³

Fones: (54) 3611.1330/1334 site: www.andredarocha.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

qualidade, quantidades, segurança, compatibilidade com o fim a que se destinam e demais peculiaridades dos mesmos.

9.3º. Sem prejuízo de plena responsabilidade da empresa contratada, todos os serviços serão fiscalizados pela Administração, através da Secretaria Municipal de Obras, que poderá realizar acompanhamento “in loco” dos serviços prestados.

10 – DAS PENALIDADES

10.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, na condição de participante do pregão ou as licitantes, conforme as infrações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

10.1.1 manter comportamento inadequado durante a sessão: afastamento do certame e advertência;

10.1.2 deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

10.1.3 executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

10.1.4 executar o contrato, com atraso injustificado até o limite de 5 (cinco) dias após, os quais serão considerados como inexecução contratual: multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

10.1.5 inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1(um) ano e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

10.1.6 inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

10.1.7 causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual, apresentar documentação falsa, fraude ou falha grave na execução do contrato: declaração de inidoneidade e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

10.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor, em virtude de penalidade ou, inadimplência contratual.

10.4 - Será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas acima.

11- DA RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO INSS

11.1-Para fins exclusivos de apuração da base de cálculo da retenção de contribuição previdenciária ao INSS, o valor correspondente ao custo dos equipamentos e os materiais fornecidos, incluídos no preço dos serviços, deverá ser discriminado na nota fiscal dos serviços, conforme Lei n.º 8.212/91 e Instrução Normativa do INSS em vigor. A contratada deverá apresentar, ainda, declaração relativa à prestação ou não da atividade em condições especiais, com existência ou não de exposição dos trabalhadores à agentes nocivos que ensejam a retenção de contribuição previdenciária adicional. Em caso positivo, a mesma deverá emitir nota fiscal com discriminação específica dos serviços prestados em condições especiais, nos termos da legislação previdenciária vigente.

12- DOS SEGUROS E ACIDENTES

12.1 Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido em via pública.

12.2 O fornecedor obriga-se a manter permanentemente em vigor, seguro contra acidentes de trabalho, com ampla e total cobertura a todo o pessoal que tiver participação nos serviços, bem como arcar com todo e qualquer encargo social, tal como INSS e FGTS.

13 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

11.1 - Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar o recebimento dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

a) greve geral;

b) calamidade pública;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA
“PEQUENO GRANDE PAGO”

- c) interrupção dos meios de transporte;
 - d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
 - e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
- 11.2 - Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

12 – FORO

12.1 - Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro do Município de Nova Prata/RS, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as eventuais questões dele decorrentes.

12.2 - São referenciais da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital de Pregão Presencial nº 25/2021, o demonstrativo de resultados com as propostas das **FORNECEDORAS**.

12.3 - A existência da presente Ata de Registro de Preços não obriga esta Municipalidade a firmar futuras solicitações.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 01 (uma) via, que vai subscrito pelo Prefeito do **Município de André da Rocha** para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

Gabinete do Prefeito Municipal de André da Rocha (RS), aos 24(vinte e quatro) dias do mês de maio do ano de 2021 (dois mil e vinte e um).

MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS
SERGIO CARLOS MORETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Este Ata foi examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em _____-_____-_____.

Assessor Jurídico